

2

Desigualdades Raciais: o retrato em números sob à ótica de gênero e raça

Deve-se, não exclusivamente, a Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento a coragem de nos anos de 1970 enunciar, na teoria e na ação política, o domínio do patriarcado¹⁴ e do racismo na produção e reprodução das desigualdades raciais e de gênero que pesavam sobre as mulheres e homens negros. Essas desigualdades, em muito, eram explicadas sob o manto do mito da democracia social¹⁵. Tal mito permite que o dominado se identifique com o dominador obscurecendo as razões históricas sob as quais a dominação se materializa. Nesse sentido, mulheres e homens negros são vistos como objeto. Para Gonzalez, o lugar em que nos situamos determinará a nossa interpretação acerca do duplo fenômeno do racismo e do sexismo.

O esforço em criar um discurso próprio e propostas para políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero, sem que signifique estar à reboque da retórica hegemônica acadêmica (por que não dizer, branca e sexista!), levou as mulheres negras, por mais de três décadas, a analisarem a realidade social onde estão inseridas e, a partir daí, criarem outras representações ancoradas em suas experiências de vida. As lutas por conquistas das mais diversas naturezas proporcionaram a criação de identidades de *resistência* e de *projeto*, as quais têm imprimido novas marcas no interior no feminismo e no âmbito dos Movimentos

¹⁴ Por patriarcado entendo como um conjunto de relações hierárquicas entre homens e homens, mulheres e mulheres, homens e mulheres que se caracterizam pela opressão das mulheres.

¹⁵ O mito da democracia racial é uma ideologia que tende a escamotear a realidade do racismo sob pretexto de que a imensa mestiçagem da população seria a prova da harmonia entre os grupos raciais e da inexistência de preconceitos raciais. Diante da valorização da mestiçagem o Movimento Negro Unificado – MNU, nos anos de 1970, denunciava um projeto assimilacionista que visava o branqueamento das populações negra e indígenas. Segundo Adesky (2006) a ideologia da democracia racial correspondia a outro ideal debatido no fim do século XIX, que pregava a harmonia cultural, lingüística e religiosa como fator importante de coesão nacional. Nesse sentido, o MNU denunciava as desigualdades materiais e simbólicas de que as populações negras são vítimas, as quais funcionam como limites ao acesso de uma vida valorizada. Essa desvantagem era concebida pelo MNU como resultado de um ciclo cumulativo de desvantagens de cada estágio da competição social na educação e no mercado de trabalho, decorrente do passado e potencializado no presente por meio da discriminação racial.

Negros brasileiros, fazendo a crítica necessária ao ativismo - feminista e negro-visando *enegrecer o feminismo*.

Para Gonzalez (1980) o *racismo* se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*, que articulado ao sexismo produz efeitos nefastos sobre a mulher negra e sua família. A resistência das mulheres negras ao projeto de dominação em curso, põe em xeque as identidades *legitimadoras*, por elas negadas: a *mulata*, a *doméstica* e a *mãe preta*.

O processo de domesticação exige que o racismo seja naturalizado e a discriminação racial e de gênero legitimadas, com base em uma lógica conservadora e hierárquica. Na medida em que culturalmente, a sociedade brasileira e o Estado não romperem com os preconceitos, com os estereótipos que estão cristalizados na memória coletiva nem tampouco desenvolverem uma política de desenvolvimento redistributiva, o Brasil não estará socialmente preparado para, efetivamente, experimentar a democracia em sua plenitude.

Em uma sociedade racializada e fortemente marcada pela tradição colonial, o racismo opera, dentre outras formas, para destituir de sua vítima a condição humana; e esse exercício diário transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer *a dor do outro*. O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhes as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização e ainda está presente no imaginário social.

Para o historiador Caio Parado Jr (*apud* Santos, 2009) a identidade nacional é marcada pelo sistema colonial e escravista, em cuja sociedade desenvolveu-se o sistema patriarcal e escravista.

Sobre a naturalização do racismo e da discriminação racial, o Prof. Dr. Edson Cardoso desenvolve uma reflexão contundente, na qual enfatiza que o racismo mata e muitas vezes, com os auspícios do Estado e o aval da sociedade.

Por outro lado, onde dependemos da ação do Estado e da sociedade como um todo, o horizonte é o extermínio. Boa parte dos assassinatos registrados no Mapa da Violência, foi cometida por agentes do Estado. Então esse é o nosso ponto de partida. Estamos demandando das instituições para que cumpram o seu papel. Eu penso que há, com frequência, uma comparação com os números elevados de assassinatos de jovens

negros a uma situação de guerra. As cifras são maiores que qualquer guerra dos últimos anos que tem acontecido. Portanto, não vivenciamos essa guerra. Agimos como se estivéssemos em paz. Eu penso que um bom tema de pesquisa entre nós é como se consegue abrir um vazio demográfico; há um desequilíbrio demográfico por sexo, por que a maiorias dessas vítimas são do sexo masculino. Temos que considerar ainda o impacto dessa violência nas famílias negras e, no entanto, onde está tudo isso? Onde está essa dor, essa perda? Nos partidos políticos não aparece; as instituições não tratam do assunto. Não há manifestações de ruas e protestos! O Estado de Minas Gerais, fazendo uma campanha contra a dengue(...) Disse que na sua peça publicitária que agora é guerra e devemos todos nos unirmos para vencer o mosquito da dengue. As secretarias mobilizadas, articuladas, as forças armadas, tudo no combate ao mosquito da dengue. No entanto, não conhecemos um discurso oficial que se refira a essa guerra, que produz 32 mil vítimas em um único ano. De algum modo vivemos em uma sociedade que acha natural que os negros sejam assassinados. Eu tenho pensado nessas mortes, nessa execuções sumárias. Elas são precedidas por mortes simbólicas que autorizam essa morte física. Eu quero me referir à ausência do negro nos meios de comunicação, eu quero me referir à ausência dos negros nas escolas, nos currículos, nos fundamentos epistemológicos que consideramos saber. Quem atira e mata, mata autorizado por uma sociedade que em outras dimensões simbólicas pratica cotidianamente esse assassinato. Não podemos considerar essa violência como restrita à área de segurança pública. Ela envolve outras dimensões da sociedade brasileira. E aqui eu acho que podemos tentar fazer uma reflexão como se criaram entre nós as condições para que isso possa ser possível. Eu quero citar uma importante publicação brasileira: “o racismo é parte da fibra com que a América é tecida”, disse Will Smith à revista Veja em 2005. Isso a que ele está se referindo não é apenas aos Estados Unidos; Isso é válido para todas as Américas. Precisamos compreender como o racismo estruturou nossa sociedade, para que possamos entender a forma como se banalizou a ideia de que os negros podem morrer sem que isso signifique, absolutamente, coisa alguma.¹⁶

Em tais fatores podem ser buscadas as razões da desigualdade na sociedade brasileira, sobretudo “na forte concentração de terra e nas relações sociais advindas do trabalho escravista, que deram origem a uma rígida estratificação de classes sociais” (Santos, 2009, p.18).

O fim do regime escravista não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. A política de imigração brasileira através do incentivo de guarnecer as fazendas de café, assim como as primeiras indústrias brasileiras com a força de trabalho européia, reservou para os homens e mulheres negros os porões da sociedade.

¹⁶ Excerto da aula inaugural do Professor Dr. Edson Cardoso, realizada no dia 4 de junho de 2011, na V edição do Curso de Atualização “A teoria e as questões políticas da Diáspora Africana nas Américas”, organizado pelo PROAFRO/UERJ, Texas of University at Austin- EUA e pela CRIOLA, ONG de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, do qual a autora da tese faz parte da coordenação acadêmica.

Com o crescimento populacional e o acelerado ritmo da urbanização nos séculos XIX e XX, a sociedade tornou-se mais complexa, mas a concentração de renda aprofundou-se. Com ela a desigualdade social jogou para a margem da sociedade a maioria dos brasileiros, sobretudo a população negra. (Santos, 2009, p.16)

Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc. É resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, esses quase intransponíveis. É preciso que falemos de nosso lugar, a partir de nossa perspectiva e crença. Gonzalez (1980) afirma que devemos romper com a domesticação e confirmando nossa fala justamente pelo motivo de sempre termos sido objetos e infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos).

Beatriz Nascimento, intelectual dotada de qualidades ímpares teve a sua obra revisitada por Ratts (2007). Sua produção nutre nossa memória de informações históricas imprescindíveis para vermos o Brasil sob outro ângulo, obra essa que, libertou a negritude do aprisionamento acadêmico do passado escravista ao cunhar o conceito de quilombo urbano “conceito com o qual ela ressignifica o território/favela como espaço de continuidade de uma experiência histórica que sobrepõe a escravidão à marginalização social, à segregação e à resistência dos negros no Brasil (Ratts, 2007, p.11).

As reflexões trazidas à baila por Lelia Gonzalez e Beatriz Nascimento retratavam a violência do racismo e do sexismo, a que historicamente são submetidos a população negra em geral e as mulheres negras em particular. Tal fato demonstra como o mito da democracia racial brasileira encobriu os efeitos do racismo, reificando-o, criando as possibilidades da reprodução das desigualdades entre os grupos raciais no Brasil; Contudo, isso também mostrou, com toda competência teórica e política que as mulheres negras brasileiras formularam análises da realidade demonstrando sua capacidade de reagir ao “lugar” social imposto pela classe dominante.

Esse preâmbulo serve para atualizar o reconhecido papel das mulheres negras guerreiras no cenário da luta contra o racismo e o sexismo nos anos de 1970. Ressalto a importância dos estudos quantitativos escritos por Hasenbalg (1979) e Silva & Hasenbalg (1988), que indubitavelmente, só puderam ser materializados devido à contribuição e crítica do Movimento Negro brasileiro ao mito da democracia racial. Essa pressão exercida pelos movimentos sociais, naquela ocasião, fez com que a academia voltasse seu olhar para o racismo. Se os estudos sobre indicadores ganham o cenário acadêmico afirmando o caráter estrutural da raça na produção da desigualdade, é inegável a contribuição de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e outros militantes na democratização e no enegrecimento da academia brasileira.

Para melhor compreender as desigualdades baseadas no gênero e na raça, o presente capítulo pretende refletir sobre os conceitos de *desigualdade social*, *cidadania* e *diáspora*. Esses conceitos permitem compreender a realidade concreta vivida pela população negra e as razões das desigualdade étnico-raciais e de gênero no Brasil. Meu argumento parte do pressuposto de que o domínio cognitivo das desigualdades sociais exclusivamente sob a perspectiva de classe, não é suficiente para compreender os efeitos do racismo e da discriminação racial na produção das desigualdades.

Ricardo Henriques (2001) afirma que em 1999 cerca de 54 milhões de brasileiros eram pobres, dos quais 22 milhões indigentes. Sinaliza o autor que esse quadro é perturbador, sobretudo por que países com a experiência de renda *per capita* semelhante à brasileira tornam evidente o caráter excepcional de sua magnitude.

Para a análise da cidadania dos grupos étnico-raciais discriminados segundo raça e sexo em nossa sociedade, deve-se buscar a compreensão do processo de formação social, econômica e política brasileira. A condição de cidadão de segunda categoria é fruto das iniquidades resultantes da perenidade do racismo e sexismo e do recrudescimento do preconceito e discriminação. Essas práticas, sedimentadas no racismo e no patriarcado, atuam como elementos estruturais, de modo a manter a dominação e os privilégios delas decorrentes. As relações de poder se estabelecem a partir dessas hierarquias, ao longo do tempo, operam potencializando desvantagens

no acesso aos direitos humanos para as mulheres, negros, indígenas e pobres em detrimento dos grupos sócio- raciais e de gênero hegemônicos. Isso tem exigido das Mulheres Negras e das organizações políticas, culturais e religiosas das quais fazem parte uma contínua teorização que emergirá de suas próprias experiências.

É preciso romper com as idéias que naturalizam ou essencializam o racismo e o sexismo nas suas múltiplas intercessões. Esse quadro tem demandado novos desafios para as mulheres e homens negros com vista ao aprofundamento da democracia e cidadania no Brasil. Dagnino (2002) considera que o avanço das instituições democráticas no Brasil não produziu um satisfatório encaminhamento do Estado dos problemas decorrentes da desigualdade social e da exclusão. Ao contrário, seu agravamento requereu não só a radicalização do conceito de democracia, como também de aprofundamento do controle do Estado pela sociedade civil.

Expressando essas preocupações, há na sociedade brasileira hoje uma ênfase significativa na construção de uma nova *cidadania* (...) A redefinição da noção de cidadania , empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis , baseada no reconhecimento dos seus membros como *sujeitos portadores de direitos*, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade (Dagnino, 2002, p.13)

2.1

O que os olhos vêem o coração sente e a fala reage

Achei oportuno tornar visível duas situações de racismo e sexismo que têm afetado um significativo contingente da população negra. Creio que meu apelo para as duas situações que apresentarei a seguir é fruto de minha inquietação diante de fatos recentes que parecem não ter tocado a opinião pública, mesmo tendo ganhando espaço na mídia. A primeira foi em relação ao menino Juan, brutalmente assassinado pelas forças policiais carioca e encontrado dias depois já em fase de decomposição (comido pelos porcos) às margens de um rio em Belford Roxo, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro.

Juan perdeu a vida e sua família, que hoje está “amparada” pelo Programa de Proteção as Famílias, sem, de fato, ter garantias de poder viver com dignidade e segurança. Juan era negro. Isso é natural?

Para pensar o caso de Juan e entender melhor a magnitude desse genocídio, busquei referência nos estudos de Waiselfisz (2011), os quais estão disponibilizados no Mapa da Violência de 2011, acessíveis pela internet a toda sociedade. Esses números serão apresentados adiante.

As informações geradas mostram o tamanho da violência racial que abate o povo negro e o jovem negro em particular. Cabe-me aqui tecer algumas considerações que eu acho úteis para pensar as desigualdades de raça e gênero e os tempos impostos no que concernem à mulher negra. Essa verdadeira carnificina praticada contra jovens negros afeta suas famílias, das quais 26% são chefiadas por mulheres negras. Sobre a dor dessas mulheres ninguém fala. A mídia pouco, ou quase nunca, abre espaço para movimentos em defesa da vida como o das Mães de Acari. Outro aspecto que também se desenha é o desequilíbrio demográfico decorrente dessa mortandade e o seu impacto nas uniões hétero ou homoafetivas que envolvem a população negra. Temas como a solidão da mulher negra ganhará, sem dúvida, novos contornos. Ficam registradas sugestões para futuras pesquisas.

Jurema Werneck afirma que a violência e suas múltiplas expressões marcam o cotidiano de milhares de brasileiras. E revelam que não apenas a violência de gênero e racial explícitas, mas também a violência estrutural, atingem de forma perversa a mulher negra.

Nas comunidades a violência policial ou do tráfico freqüentemente atinge a mulher. Uma dessas formas é chegando até ela diretamente, com tiros, espancamentos, etc. Ou através de terceiros: seus filhos, companheiros, parentes. Pois é ela quem vai ter que cuidar da negociação com a polícia, visitar na cadeia, cuidar dos feridos, cuidar dos que ficaram. Lembremos que ela ou é negra ou descendente de índios, nordestinos. Esta é, com certeza, a população das favelas do Rio de Janeiro. (Werneck, 2008)

A autora e ativista retrata de maneira realista a vida das mulheres negras pobres moradoras de favela, que também abarca as mulheres da periferia, como a mãe do menino Juan.

As imagens seguintes expressam a indignação da população carioca diante do genocídio; a tristeza e perplexidade de uma mãe perante o silenciamento e violência do Estado e a desesperança de encontrar seu filho com vida.



Figura 1- ONG estendeu faixa em frente ao Theatro Municipal do Rio
(Foto: Divulgação / Rio de Paz)



Figura 2- ONG faz protesto para lembrar primeiro mês da morte.
Foto: Marcos de Paula/AE
Fonte: www.estadao.com.br



Figura 3- Rosinei Maria de Moraes, mãe do menino Juan de Moraes, desaparecido desde 20 de Junho.
Foto: Cléber Junior
Fonte: Extra



Figura 4- Agente da defesa civil retiram ossada no riacho em Belford Roxo.
Foto: Marcelo Bastos.
Fonte: R7

O segundo destaque é para o sensacionalismo da mídia em torno de Daniele Conceição Bispo, uma jovem negra de 23 anos que deu à luz a um menino de 4kg e 500g, em um banco na plataforma de trem de uma estação da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Segundo a matéria televisiva, a bolsa d'água rompeu e, padecendo de fortíssimas contrações, foram motivados -ela e o marido- a saltarem na estação mais próxima. Imediatamente, deu à luz ao bebê com a ajuda de uma técnica de enfermagem e de funcionários da SUPERVIA. Essa técnica foi considerada “um anjo” pelos funcionários da SUPERVIA que presenciaram o parto -mas não foi filmada- pelos jornalistas que fizeram a matéria. Essa situação bizarra foi considerada pelos depoentes, como algo “emocionante” e “divino”. Imaginem uma jovem dando à luz em lugar adverso, em um parto de risco, pois era hipertensa, sem a assistência médica do SAMU. A negligência do Corpo de Bombeiros assumida publicamente através de nota oficial à imprensa, agravou a situação, pois a puérpera e seu marido se dirigiram ao hospital mais próximo de ônibus. Em nenhum momento a mídia remeteu a possibilidade da morte materna e do bebê, bem como não apresentou um conteúdo informativo acerca dos altíssimos índices de mortalidade materna no Brasil. Ao contrário, o enfoque foi dado à “suposta sorte” da criança em ter sobrevivido, alegando que, ao crescer teria “muita história para contar”.

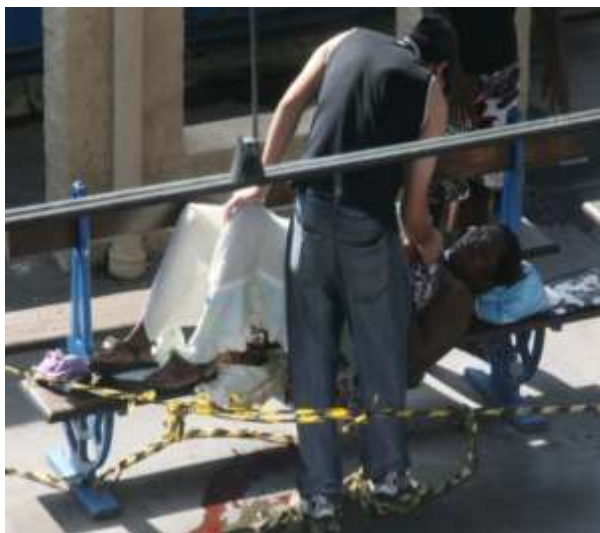


Figura 5- Grávida deu à luz um menino na estação de trem de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, nesta segunda-feira (18)
(Foto: Jadson Marques/AE)
fonte: G1.com.br



Figura 6- Funcionários ajudam Daniele Conceição Bispo, 23, que deu à luz a um menino em uma estação de trem.

Foto: Jadson Marques/AE

Fonte: Folhapress.com.br



Figura 7- Pais levam bebê de ônibus a hospital depois do parto na estação de trem (Foto:Jadson Marques/AE)

Fonte: g1.com.br

2.2

Desigualdade social, cidadania, negritude e Diáspora: uma breve reflexão conceitual

2.2.1

Desigualdade social

Temáticas relativas à desigualdade social têm mobilizado interesse de vários atores sociais e de diversos campos disciplinares, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas¹⁷. Eles, de certo modo, têm respondido a interesses múltiplos, e quando suas fontes são baseadas em dados oficiais a acessibilidade dos mesmos dependeu da autorização dos governos locais. Na América Latina, particularmente, no

¹⁷ A temática da desigualdade social não é objeto desta pesquisa. Todavia, achei oportuno trazer alguns apontamentos referentes a estudos quantitativos para demonstrar que a desigualdade social não é uma questão puramente econômica. A raça e o gênero são elementos que interseccionados à classe estabelecem e definem os lugares sociais ocupados pelos grupos raciais e de sexo na sociedade.

Brasil, os estudos sobre desigualdade racial, que são os que me interessam neste estudo, só serão viabilizados em franca solidez no final da década de 1970.

As pesquisas sobre desigualdade diferem quanto à abrangência (estados nacionais, ou América latina [Soares,1999, 2004]) e à natureza (sobre a própria desigualdade a partir da análise de suas dimensões objetivas e também características atribuídas à raça/etnia, sexo, Hasenbalg [1979], Hasenbalg & Silva [1988], Paixão[2003, 2005]). Há ainda estudos mais qualitativos, desenvolvidos recentemente e referentes à percepção da população sobre desigualdades sociais (Scalon, 2004) e à elite política (Reis, 2004).

Procuro sistematizar a ideia de alguns autores sobre desigualdade social buscando aproximá-la da questão étnico-racial.

Soares (1999) informa que o fenômeno da desigualdade social na América Latina foi abordado de diversas formas pelos autores que procuraram estudá-la. Alguns estudos exploraram primeiramente temáticas relativas à equidade em relação à distribuição desigual do desenvolvimento tecnológico e seus frutos; posteriormente a polêmica foi centrada nos estilos de desenvolvimento. Com o mesmo interesse o tema foi tratado pelos encarregados de avaliar estratégias internacionais de desenvolvimento e, por fim, por aqueles que se propuseram a examinar as mudanças na estrutura social e o problema da pobreza. A autora apresenta as principais tendências das pesquisas sobre a realidade latino-americana.

No que concerne aos estudos sobre a equidade a CEPAL destacou nas suas avaliações sobre a situação social da América Latina os evidentes progressos alcançados no âmbito da saúde, da educação e da habitação expressos em indicadores como esperança de vida, redução da taxa de mortalidade infantil, aumento da média de anos de estudo, redução quase plena do analfabetismo, acesso a água potável, rede de esgoto, dentre outros (Soares, 1999).

Por outro lado, foi assinalado que a distribuição dos frutos do desenvolvimento, tanto no que diz respeito à renda como ao acesso aos serviços públicos, não se ajustava à pauta que permitissem eliminar as profundas desigualdades herdadas dos períodos prévios ao pós-guerra. Apesar da constatação do avanço:

O progresso dos grupos médios e na evolução dos salários urbanos durante certos períodos, os indicadores globais de distribuição de renda não melhoraram significativamente na maioria dos países (Soares, 1999, p.31)

As políticas de ajuste neoliberal¹⁸ implementadas pelos governos latino-americanos nos anos 80 para atender as agências internacionais expressaram na década citada uma realidade de profundas desigualdades sociais, cujo panorama da região não diferia muito dos anteriores. Ao contrário, salvo as particularidades de alguns países, o quadro social só apresentou piores. Para Laura Tavares Soares a década de 1980 apresenta as seguintes características:

- A região retrocedeu em seu desenvolvimento ao transferir mão de obra de atividade de maior produtividade para outras de produtividade e renda mais baixas;
- Acentuaram-se a heterogeneidade produtiva e a desigualdade distributiva da renda ao coexistirem setores modernos de cobertura mais limitada com a expansão de atividades de baixa produtividade (...);
- A baixa renda na atividade produtiva repartiu-se de forma mais desigual: reduziram-se drasticamente os salários e a renda dos auto empregados não qualificados, enquanto que os lucros dos empregadores se viram menos afetados e em alguns casos aumentaram (...);
- Na maioria dos casos, os 5% dos mais ricos viram manter-se ou aumentar seus ingressos, enquanto que os 75% dos mais pobres se viram diante da redução de seus ingressos, agudizando-se o contraste entre bem-estar e pobreza;
- Aumentou o percentual da população em extrema pobreza revertendo-se a tendência das três décadas do pós-guerra;

¹⁸ Segundo Tavares, “as políticas de ajuste fazem parte de um movimento de *ajuste global*, que se desenvolve num contexto da globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma *doutrina neoliberal*, cosmopolita, gestada no centro financeiro e político do mundo capitalista (...) As políticas de corte neoliberal, consagradas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado ‘Consenso de Washington’, caracterizam-se por um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicada de forma cada vez mais padronizada dos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes”. (SOARES, 2003, p.19)

- Atualmente os pobres urbanos da América Latina são mais numerosos que os pobres rurais;
- Uma proporção importante dos estratos médios urbanos é agora mais vulneráveis aos efeitos das novas políticas de estabilização ou ajuste;
- Apesar da crise, durante os anos 80 continuou aumentando o nível educacional da população;
- Apesar dessa expansão educativa a América Latina ainda não conseguiu que uma importante proporção da sua população alcance os níveis de educacionais requeridos por aquelas ocupações que geram níveis aceitáveis de produtividade;
- Os avanços globais em matéria de educação não foram acompanhados por ganhos equivalentes em relação a renda;
- Os jovens que não estudam e nem trabalham constituem atualmente uma proporção maior do que no início da década. Esta situação, que afeta principalmente as famílias de baixa renda é um indicador do risco de marginalidade e de reprodução de famílias com elevada vulnerabilidade econômica e social.
- A origem socioeconômica das pessoas continuou operando como um importante fator de determinação de seus ganhos;
- No mundo do trabalho, as mulheres se mantiveram em clara desvantagem frente aos homens;
- Ao agravamento verificado durante a crise da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se como fenômeno digno de destaque uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos (Soare, 1999, p.32).

O panorama acima descrito já enunciava os efeitos perversos da economia de corte neoliberal, consagrada nos anos de 1990 cujo marco foi o consenso de Washington.

No Brasil, não muito diferente dos países da América Latina, a realidade social apresentou tendências similares às descritas acima. Cabe sinalizar que, embora a

autora não tenha trabalhado em sua análise a questão de raça/etnia e tenha apenas trazido à lume a questão das mulheres, muitos desses indicadores à época, já sinalizam em função do racismo, do sexismo e das discriminações históricas, questões pelas quais os negros e negras e índios são extremamente mais atingidos do que os outros grupos raciais em nossa sociedade, como demonstrarei posteriormente. Todavia a visibilidade da situação de desvantagens dos negros perante os demais grupos humanos classificados por cor/raça ganha fôlego através da consciência pública sobre a questão dos negros no Brasil nas duas últimas décadas do século XX. Essa mudança é atribuída ao fortalecimento do Movimento Negro e de Mulheres Negras e aos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale, do IUPERJ, no final da década de 1970. As pesquisas destes últimos abriram um novo patamar nos estudos das relações raciais brasileiras (Paixão, 2004, p.11).

Retomando ao projeto global neoliberal acho importante situar a produção contemporânea da desigualdade nessa moldura. O ajuste neoliberal atinge áreas longínquas¹⁹, mas suas conseqüências têm afetado as trabalhadoras os trabalhadores em todo mundo. Não é, simplesmente, um modelo econômico, mas prima pela redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Esse modelo, decorrente de transformações estruturais, inclui informalidade do trabalho, desemprego, o subemprego, cujos fenômenos impactam a vidas de homens e mulheres negras. Sobre isso, Soares afirma:

Ao contrário do que se afirma, a reprodução em condições críticas de grandes parcelas da população faz parte do modelo, não impedindo a reprodução do capital. Essas condições não são uma manifestação de que o sistema estaria ‘funcionando mal’, e sim a contraface do funcionamento correto de um novo modelo social de acumulação (Soares, 2003, p.20).

¹⁹ Uma das formas mais violentas das transformações do mundo do trabalho norte-americano e europeu consiste no que Naomi Klein denominou de gerenciamento de identidade de marcas. Essa nova lógica, resultante do ajuste neoliberal, admite a negação da fábrica e do trabalhador. As grandes corporações passam a investir fábulas em propaganda e *marketing*, transferindo a produção para territórios longínquos principalmente em países do terceiro mundo, nos quais, além das vantagens fiscais, inexistem qualquer sistema de proteção de trabalho. É o caso de corporações como a Nike, McDonald, General Motors, dentre outras. A esse respeito ver KLEIN. N. “A fábrica descartada”. In **Sem Logo: A tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Desde os primórdios do processo de desenvolvimento brasileiro, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado tem gerado condições extremas de desigualdades espaciais e sociais, que se manifestam entre regiões e estados, entre meio rural e o meio urbano, entre centro e periferia e entre raças e os sexos. Essa disparidade econômica impacta especialmente a qualidade de vida da população: expectativa de vida, mortalidade infantil e analfabetismo, educação e mobilidade social, inserção no mercado de trabalho etc.

O relatório de 2001 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 162 países, referente a 1988/99 período em que ocorreram recessões no Brasil, apontou que o país passou da 74ª posição no ranking mundial, em 1988, para o 69ª lugar. Ainda assim, o Brasil continuou atrás de seus principais vizinhos sul-americanos: Argentina (34ª) e Uruguai (37ª). De acordo com o relatório, as mudanças nos indicadores de melhoria de vida da população brasileira não têm mudado de forma significativa, tendendo para a estabilidade.

Por exemplo, em 2000, as políticas sociais do país consumiam 23% do orçamento federal, sendo que pouco desse total chegava efetivamente aos mais pobres. O relatório indica que, enquanto 9% da população vive com menos de US\$ 1 por dia, 46,7% da renda nacional está concentrada nas mãos de apenas 10% da população. A expectativa de vida do brasileiro permaneceu praticamente inalterada desde o último relatório, indicando a média de 67,2 anos de vida para a população²⁰.

Para entender a origem de tais disparidades no Brasil é necessário introduzir uma perspectiva mais ampla, abrangendo o passado histórico sem desconsiderar as dimensões continentais do país. Podemos começar a explicar isso pelo fator mais evidente: a escravidão, que é o paroxismo da exclusão. O Brasil importou o maior número de escravos da África dentre todas as colônias no Novo Mundo e, como Cuba, foi um dos últimos países a libertá-los (em 1888).

No que tange as abordagens qualitativas acerca da desigualdade social o estudo de Celi Scalon (2004) privilegia investigar a desigualdade a partir da percepção da

²⁰Fonte: www.sfipec.org.br/publicacoes/licoes_prog_desenvolv_br/desigualdade_socialtexto.htm#inicio, em 8/12/2007

população brasileira. As tendências bastante realistas sobre a questão revelam conclusões importantes, das quais destacamos:

- Vivemos em um país com altas taxas de concentração de renda e desigualdade de oportunidades (apesar da igualdade ser difundida como valor universal). A maioria dos entrevistados reconhece que no país há grandes desigualdades de renda;
- Uma realidade tão difícil corresponde a “uma expectativa de mais gêneros e positiva, pois o sonho dos brasileiros é viver em uma sociedade de classe média”;
- No que diz respeito à ascensão social, desejo e expectativa dos brasileiros, atribuem ao fator sorte o maior peso. “Antes de tudo, a sorte; depois as qualificações e inteligência e, por último, os esforços individuais. Mas há algo positivo na sociedade brasileira (...); não é importante pertencer a uma família rica. Para subir na vida é melhor conhecer pessoas bem colocadas do que nascer em berço de ouro”(Scalon, 2004, p.32).
- No que se refere aos conflitos de classe e racial, a maioria concorda que existe conflito de classe. Quanto ao conflito racial, metade dos entrevistados reconhecem sua existência. “Deve-se lembrar que o conflito de classes não tem viés de renda, ou seja, é igualmente percebido por todas as classes; em contrapartida, o conflito racial tem gradação de cor: quanto mais escura a pele, maior a sensação de conflito” (idem, 32).

Essa tendência, a meu ver, indica uma ampliação da consciência racial no Brasil dos setores identificados como negros; Por outro lado, ela ainda mantém estável o nível de reconhecimento do racismo por parte de setores não-negros. Decerto esse conflito permanecerá, sobretudo, no que se refere ao acesso às políticas sociais de corte racial. Por fim, um dado interessante é o papel do Estado na solução das desigualdades; Contudo, tal demanda esbarra na política. Há um desejo de mudança, mas também uma forte descrença sobre o papel dos atores sociais nesse processo. Diz a autora, com base nos dados da pesquisa, que prevalece à crença na solução individual para solução das desigualdades ainda que o principal fator seja a sorte.

Igualmente, em sua pesquisa, Elisa P. Reis (2004) visou analisar os conceitos de igualdade e desigualdade, entendendo-os enquanto integrantes de um mesmo processo, ou seja, para a autora esses são noções relacionais. Ela parte do pressuposto que é necessário conhecer a dimensão cultural da política brasileira para o entendimento da distribuição de bens e serviços no interior da sociedade. As conclusões de sua pesquisa evidenciam que a percepção das elites, assim como dos outros setores entrevistados não são comuns em torno da desigualdade. Um dos principais pontos de consenso é atribuir ao Estado o papel principal na redução das desigualdades e suprir as carências sociais ou através da reforma agrária ou através da melhora dos serviços públicos. Concordo com essa perspectiva, mas acredito que o Estado brasileiro deve associar a essas iniciativas medidas no âmbito distributivo.

No que tange às diferenças, segundo Elisa P. Reis (2004), a mais significativa encontra-se no âmbito da educação. As elites defendem a educação como mediação para assegurar a igualdade. Todavia entendem essa experiência descontextualizada das relações de gênero e de raça, já que discordam quanto à implementação de políticas de ação afirmativa para reduzir as desigualdades. Ainda prevalece uma perspectiva meritocrática por parte da elite brasileira, em que moralmente a justiça social deve ser garantida àqueles que aderem as normas hegemônicas da sociedade. Nesse campo, contrario esta perspectiva, a população atribui à sorte.

Nos últimos anos, o cenário nacional passou por profundas transformações de ordem política, econômica, social e cultural, com forte impacto na desigualdade social devido às políticas neoliberais. Não desmerecendo a grandeza e a contribuição dos autores mencionados para o estudo das desigualdades brasileiras, tenho que sinalizar o limite de suas interpretações quando as mesmas não asseguram a dimensão étnico- racial em suas análise.

Rocha (2009) cita Ianni para afirmar que na prática, entre outras desigualdades sociais, há uma larga desigualdade racial além das diferenças entre classes. O desconhecimento sobre as reais condições de vida da população negra acaba por contribuir para a manutenção das desigualdades raciais. Nesse sentido, Ianni (*apud* Rocha) salienta:

Junto com as contradições de classe, desenvolvem-se as contradições raciais. Em muitos casos o camponês também é negro, mulato, índio ou caboclo. Da mesma forma

o operário e outras categorias de trabalhadores. As várias classes sociais reúnem inclusive as reivindicações de cunho racial, cultural e regional. (Rocha, 2009, p. 556)

2.2.2 Cidadania

Pretendo recuperar algumas ideias apresentadas por José Murilo de Carvalho (2007) em seu livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho* e algumas de suas reflexões sobre a desigualdade social. Antes, porém, é necessário enfatizar que parte das questões tratadas em seu livro perpassou nas preocupações de vários intelectuais brasileiros ao longo da história nacional e estão registradas no que denominam história do pensamento social. Quero dizer com isso que a questão da cidadania no Brasil está estreitamente ligada à identidade nacional, ou seja, do seu povo, de sua língua e território, assim como a fatores políticos e econômicos. Carvalho (2007) parte do modelo explicativo da cidadania para analisar o caso brasileiro, a partir dos direitos civis, políticos e sociais. Tal reflexão enfatiza um longo caminho percorrido pela cidadania no Brasil, cujo ponto de partida foi o regime escravista adotado no início da colonização portuguesa. Segundo Carvalho (2007), a herança deixada pelos portugueses ao Brasil colonial foi um país escravocrata com uma economia que se baseava no binômio “monocultura e latifúndio”. O autor ainda destaca que os escravos não eram cidadãos e, portanto, não tinham direitos civis.

Nem se podia dizer que os senhores eram cidadãos, pois, segundo o autor eles eram livres, votavam e eram votados nas eleições municipais, mas faltavam-lhes o próprio sentido da cidadania: a noção de igualdade de todos perante a lei. Nas mãos dos senhores a justiça, que deveria ser a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumentos do poder pessoal.

No fim do regime colonial a maioria da população era excluída dos direitos civis e político. Os direitos civis eram extensivos a poucos, e menos ainda os direitos políticos. Não havia direitos sociais. A assistência estava a cargo da Igreja e de

particulares. Durante este período a maioria das pessoas não tinha exercido a prática do voto nem a noção de um governo representativo.

A independência trouxe poucas novidades nesse contexto, pois o povo não teve uma participação definitiva do processo. Além disso, a escravidão foi mantida, comprometendo os direitos civis. A Constituição de 1824 significou um grande avanço em relação aos direitos políticos, definindo quem teria o direito de votar e ser votado. Instituiu o voto obrigatório para todos os cidadãos qualificados e, ainda, estabeleceu os três poderes: executivo, legislativo e judiciário; Criou, também, um quarto poder chamado de Moderador, que era privativo do Imperador. A próxima constituição -1891- também manteve excluído do direito de voto os analfabetos, mulheres, mendigos, os soldados e membro das ordens religiosas.

O período republicano foi marcado por avanços e retrocessos. Não pretendo aqui recuperar a trajetória estabelecida pelo autor, mas citar que no Brasil, dada a formação social e as relações de dependência econômica, a ampliação dos direitos pela cidadania não correspondeu a mesma lógica nem a mesma cronologia apontada por Marshall.

A década de trinta do século vinte pode ser caracterizada como marco efetivo no avanço dos direitos sociais. Carvalho destaca que os direitos sociais foram introduzidos antes da expansão dos direitos civis. Os avanços trabalhistas não foram conquistados e sim doados por um governo populista. A doação dos direitos sociais ao invés da conquista dos mesmos fazia os direitos serem percebidos pela população como um favor, colocando os cidadãos em permanente dependência. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora. Igualmente, Wanderley G. dos Santos a cidadania é definida como “cidadania regulada”, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas (Carvalho, 2007).

O avanço dos direitos sociais, assim como a ampliação do direito de voto para todos os cidadãos -homens e mulheres- com mais de 18 anos de idade e sua obrigatoriedade, foram uma das características do período que antecede o golpe militar. Enfatiza-se também a ampliação da participação política para além do voto, caracterizada por uma forte pressão do movimento sindical e estudantil.

Em 1964 foi imposto à população mais um regime ditatorial, em que os direitos políticos e civis foram restringidos pela violência. Todavia, em meio desse sistema repressor, no início dos anos 70, o governo Médici cria o Fundo de Assistência Rural, ampliando os direitos previdenciários aos trabalhadores rurais e em 1972 e 1973, as empregadas domésticas e trabalhadores autônomos, respectivamente.

No final dos anos 70, a grande novidade, após a extinção do bipartidarismo forçado foi a criação do Partido dos Trabalhadores, e o retorno ao cenário político do novo sindicalismo e dos denominados novos movimentos sociais. A sociedade brasileira também assistiu ao grande movimento por eleições diretas iniciando o processo de transição democrática a partir de um pacto entre setores da sociedade e o regime militar.

Fato mais relevante na ampliação da cidadania foi a consolidação da Constituição Cidadã de 1988. Para o Serviço Social esta constituição ante a garantia dos direitos sociais históricos, eleva a assistência social ao status de política pública no âmbito da seguridade social. Maiores dificuldades na ampliação da cidadania é a persistência da desigualdade no Brasil, que apesar dos planos econômicos adotados pelos diferentes governos ainda é grave e deixa um número significativo de pessoas excluídas dos direitos de cidadania.

2.2.3 Negritude

Para Cashmore (2000, p. 338-340), *nègritude* foi um movimento iniciado na década de 30 do século XX pelo poeta nascido na Martinica, Aimé Césaire, e por outros artistas negros de língua francesa que queriam redescobrir antigos valores e modos de pensar africanos, através dos quais fosse possível promover o sentimento de orgulho e dignidade de suas heranças culturais, já que tal movimento envolveu vários intelectuais. Embora *negritude* tivesse expressão nas artes e literatura, ele ganhou força política em outras esferas da vida social, pois pretendia, grosso modo,

fortalecer o povo negro através do conhecimento de sua história política, cultural, econômica com base em características derivadas da África. Buscava-se um novo orgulho e uma nova dignidade de ser africano. A ideia de uma possível *identidade negra* vai amadurecendo em todos os países onde a presença do negro é marcante, dando origem a diversos movimentos emancipatórios tanto na África como fora dela.

A construção dessa identidade permitiu que o negro assumisse distintas lutas ao longo da primeira metade do século XX. Devido ao alcance desse movimento e sua forte influência nas Américas. Seu impacto no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, pode ser mensurado nas gigantescas *festas soul* ou *festas Black*, realizadas pela juventude negra local. Eram grandes festas que conseguiam reunir em torno de 5000 jovens, em um momento da humanidade onde a revolução informacional não operava em grande escala. *Black is beautiful* foi um movimento tão forte internacionalmente que no Brasil deixou marcas na música e no movimento político brasileiros, exercendo forte influência na juventude negra dos anos 70. Por isso é importante a consciência da negritude. Reconhecer a identidade negra é condição básica para se ter noção da violência racial e de seu alcance na produção de desigualdades sócio-raciais, desigualdade essa responsável por manter parcela considerável da população negra do mundo em situação de exclusão e à margem do conjunto dos direitos.

2.2.4 Diáspora

Por adotá-lo, discutamos agora o conceito de *diáspora*. A *diáspora*²¹ africana foi um fenômeno que se originou na Modernidade e que foi provocado pelo tráfico de

²¹ Para Cashmore (2000, p.169), como categoria social o termo diáspora serviu no passado para explicar, quase que exclusivamente à experiência judaica. Atualmente o termo “*diáspora*” é usado “*com frequência para descrever para descrever qualquer comunidade transnacional, ou seja, uma comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras das nações-estado*”. Podemos utilizar o termo como forma de conscientização, ou seja, “uma consciência individual de

africanos para atender à produção açucareira – e outras formas de *plantation*- no século XVI nas Américas. O conceito inicialmente foi exclusivo para explicar a experiência do povo judeu, “*evocando o seu traumático exílio de uma prática histórica e sua dispersão por vários países*” (Cashmore, 2000, p.169). Segundo essa perspectiva, o conceito de *diáspora* conota uma concepção negativa ligada à dispersão forçada, a vitimização, alienação etc. Todavia, estudos contemporâneos politizam a categoria *diáspora*, como um termo utilizado para descrever comunidades transnacionais, cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam fronteiras das nações-estados, evidentemente colocando à lume o processo de globalização e o impacto nos planos econômicos, sociais, políticos e culturais desses “*deslocamentos*”. Processos mundiais no plano étnico-racial (migrações, refugiados de guerra, xenofobia, racismo etc.) e traz à cena política novas questões desenhando as novas faces da questão social e sua dimensão étnico- racial. O reconhecimento do fator racial na produção da desigualdade é um fator decisivo para que os negros e não negros empenhados no combate ao preconceito e a discriminação proponham políticas públicas em prol do combate dessa realidade.

2.3

Os números da desigualdade: raça/cor e gênero

Minha intenção é fazer uma primeira aproximação das desigualdades sociais e o negro no Brasil, tomando como referência reflexões produzidas por Marcelo de Paula Paixão (2003), que é um renomado economista brasileiro, professor do Departamento de Economia da UFRJ e membro do grupo de trabalho Economia, Trabalho e Estudos Sociais, pertencente à linha de pesquisa Desigualdades e Exclusão Social no Brasil. Portanto, os argumentos deste intelectual decorrem de uma

uma extensão de conexões descentralizadas e multilocalizadas, de estar simultaneamente ‘em casa e longe de casa’ ou ‘aqui e lá’. (Idem, p. 170)

longa trajetória de pesquisa nesta área em variados artigos e livros publicados, assim como de sua militância antirracista.²²

Início minha reflexão concordando com o autor quanto ao fato de que o aumento das demandas dos negros no Brasil resultam das infinitas denúncias do racismo e proposições para seu combate realizadas pelos Movimentos Negros, assim como da ampliação de pesquisas e estudos dedicados a mostrar, empiricamente, os fundamentos raciais de nosso quadro de desigualdades sociais.

Ainda que na academia a desconstrução da idéia de que no Brasil as relações raciais são democráticas e sua correta definição como mito, já tenha sido realizada nos anos 50 por Florestan Fernandes e outros pesquisadores da USP, foi a contribuição de Carlos Hasenbalg, Nelson do Vale e Silva que efetivamente abriu um novo momento marcado pelo sistemático uso de estatísticas e indicadores.

Deste modo, a realidade das desigualdades raciais brasileiras passou a ser vista de forma mais objetiva, favorecendo uma ampliação do grau de legitimidade do movimento negro; concomitantemente, tornando incompreensíveis os motivos pelo quais os afro-descendentes passam um século à margem de quaisquer políticas ativas de integração social, por parte do Estado e, o que é pior, com anuência da quase totalidade das organizações da sociedade civil brasileira. (Paixão, 2003, p. 11-12)

O autor parte do pressuposto de que os constrangimentos externos sofridos pela economia brasileira, a subordinação do país às diretrizes dos bancos multilaterais e dos credores externos e o modelo econômico adotado, produziram um aprofundamento da crise social no Brasil.

Percebe-se que embora o autor tenha buscado trabalhar com vários indicadores sociais deteve-se no estudo do negro no mercado de trabalho e concluiu que a qualidade da inserção dos negros no mercado de trabalho brasileiro é substancialmente inferior à qualidade da inserção da população branca. Segundo Paixão, de fato, nas seis regiões metropolitanas cobertas pelo PED, em 1998, os negros encontravam-se com mais frequência nos ramos e setores tradicionais da economia, trabalhando em ocupações manuais e de menor prestígio social, estavam mais representados no PEA das regiões menos desenvolvidas do país, permaneciam

²² Os indicadores sobre educação superior serão apresentados na seção referente as ações afirmativas, por razões metodológicas.

menos tempo no emprego e tendiam a se sujeitar com mais intensidade a vínculos empregatícios instáveis e precários.

Nos anos de 1987 e 1998, a análise comparativa teve sua base de dados restrita à região metropolitana de São Paulo. Paixão percebeu que houve uma deterioração do mercado de trabalho para ambas as etnias. Segundo o autor, a base de dados estudada permitiu inferir que a perda da qualidade do mercado de trabalho incidiu de modo mais forte sobre os afro-descendentes. Isso pode ser comprovado, da seguinte forma

- “Entre os negros, as formas de ocupação se tornaram piores, mais que proporcionalmente aos brancos, tendo aumentado entre os afro-descendentes as modalidades de emprego autônomos, informais e serviços domésticos;
- entre os negros, fundamentalmente entre as mulheres trabalhadoras com mais de 24 anos, o desemprego cresceu com uma intensidade maior que entre brancos;
- ampliou-se o abismo na remuneração entre brancos e negros na região metropolitana de São Paulo” (Paixão, 2003, p.132).

Cabe ressaltar, ainda, que se reconhece o limite da análise desses indicadores, podemos dizer que a desigualdade socio-racial é de ordem política, ou seja, a escolha de modelos econômicos não é neutra e, de acordo com a sua teleologia, ela incluirá ou não os grupos raciais, garantirá ou não, democraticamente direitos sociais. Se hoje no Brasil a sociedade civil, através do protagonismo dos Movimentos Negros, luta pela real democracia racial, a materialização desse princípio será, de fato, na inclusão real dos segmentos negros no acesso de bens e serviços.

Ao longo da história republicana, os sucessivos modelos de desenvolvimentos sugeridos pelos governos não conseguiram contemplar os negros nem reduzir as disparidades sócio-raciais. Sobre isso, diz Paixão:

(...) é absolutamente razoável imaginarmos que, dentro de um contexto de franco desenvolvimento da economia de meado do século XX, e dada as barreiras à integração social dos afro-descendentes, os abismos das condições sociais de brancos e

negros tenham se ampliado neste período. Ou seja, o modelo paternalista de relações raciais e as estratégias pessoais de ascensão social individual não permitiram que o processo de mobilidade social positiva dos afro-descendentes se desse de forma massiva, ou que as desigualdades raciais se reduzissem. Nesse sentido, também o modelo econômico baseado na presença do Estado na economia também não serviu para a redução das disparidades sociais no Brasil. Assim se relacionarmos a este cenário com as conclusões a que chegamos quando estudamos os anos neoliberais, verificamos que os afro-descendentes potencialmente se vêem na triste situação de que, quando a economia cresce, eles ganham menos, quando a economia se retrai, eles perdem mais. (idem, p.133)

Concluo, que mais uma vez o governo Dilma caminha para não tocar nas questões centrais no que concerne ao enfrentamento das desigualdades socio-raciais. Em tempos neoliberais parece-me que as saídas da crise encontram-se envolvidas em uma cortina de fumaça. No que diz respeito à integração massiva da população negra e da redução das disparidades socio-raciais, a mudança simples da gestão da economia, ainda que necessária, é insuficiente. A solução não se reduz a intervenção do Estado, conforme se comportou o Estado Brasileiro até a Chamada era Collor. Também não basta produzir o Estado mínimo, como desejam os neoliberais.

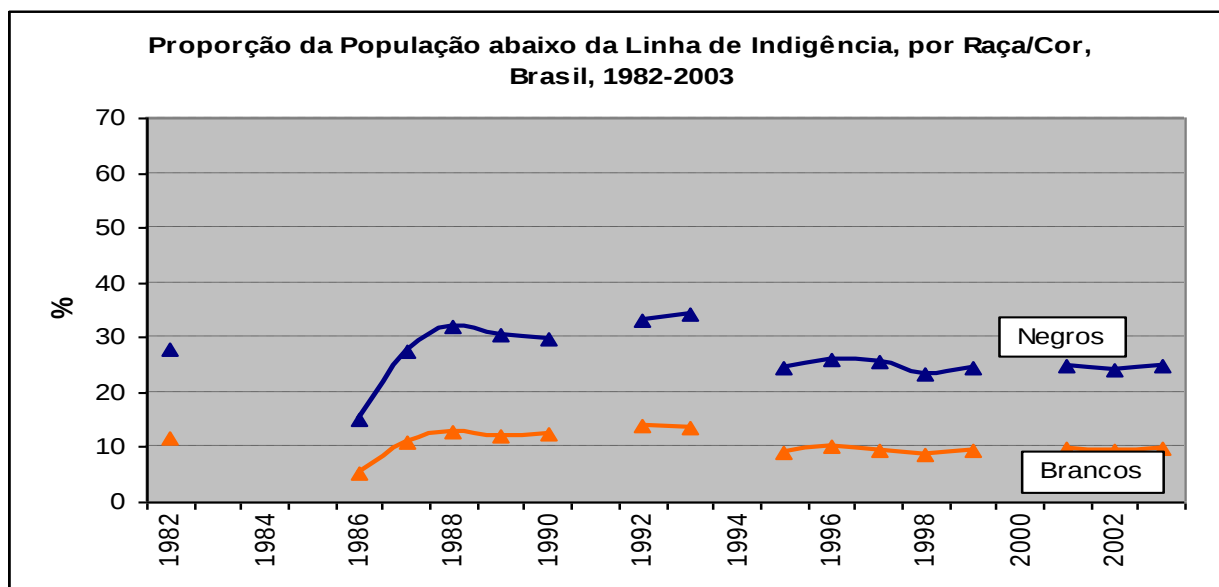
Para Joilson Marques Junior (2007), a pobreza tem cor, pois:

De acordo com o Atlas Racial brasileiro²³ 65% dos pobres e 70% dos indigentes são negros. A proporção de negros abaixo da linha de pobreza no total da população negra no Brasil é de 50%, enquanto que é de 25% a de brancos no conjunto da população branca, desde 1995. A proporção das pessoas que vivem abaixo de linhas de pobreza (nacionais ou internacionais) é um dos principais indicadores para monitoramento do progresso do revela uma importante dimensão da persistência da desigualdade racial brasileira.

²³ O Atlas Racial Brasileiro é um banco de dados eletrônico – resultado de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais – que reúne uma ampla série histórica de indicadores sociais desagregados por raça/cor, para dar visibilidade e tornar acessíveis informações que se originam de bases públicas de dados. São mais de cem indicadores sociais abertos por raça/cor, para o Brasil e, sempre que possível, desagregados por sexo, e para as grandes regiões e as unidades da federação. Esses indicadores foram elaborados com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) dos anos de 1982 e de 1986 a 2003, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil, de 1991, e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, de 1996, realizadas pela Macro International Inc. e pela Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM). In: <http://www.cedeplar.ufmg.br>; <http://pnud.org.br>

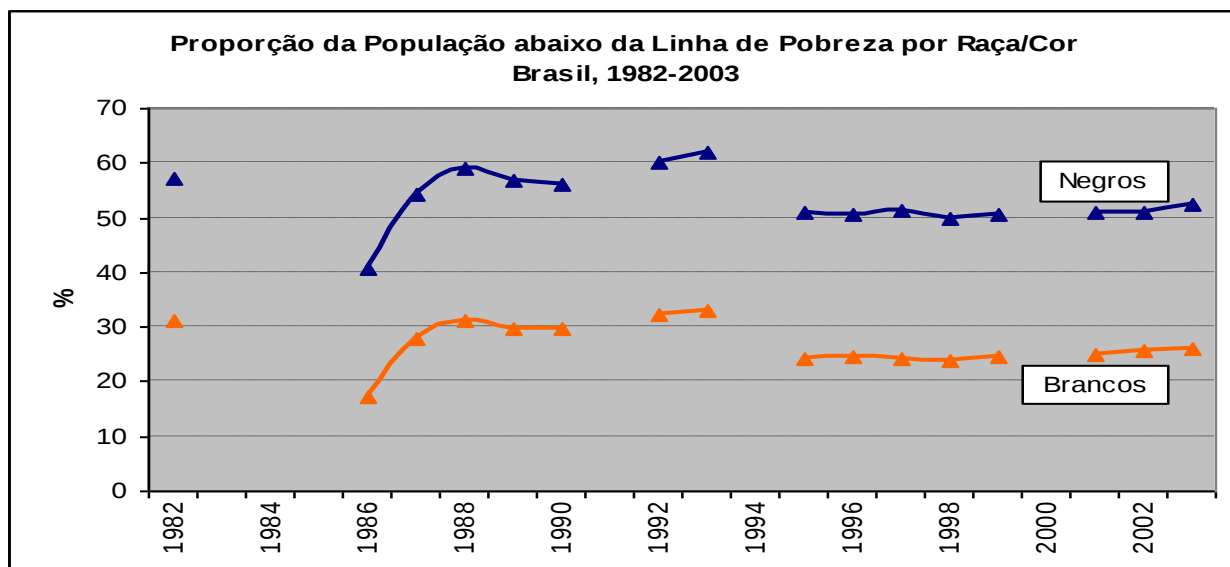
O mesmo acontece com a proporção de negros abaixo da linha de indigência em relação ao total da população negra no Brasil. Os indicadores revelam que essa tendência se mantém desde 1995. Ou seja, em torno de 25%, muito superior à proporção de brancos, cerca de 10%. (Marques Junior, 2007, p.20)

Gráfico1- Proporção da População da Lina de Indigência, por Raça/Cor, Brasil, 1982-2003



Fonte: PNUD - Atlas Racial Brasileiro – 2005.

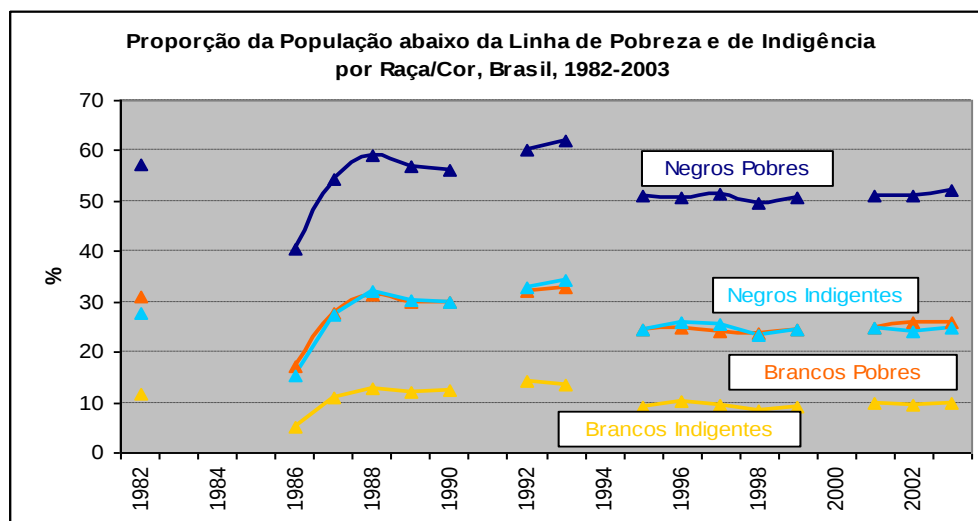
Gráfico 2- Proporção da População abaixo da Linha de Pobreza por Raça/Cor Brasil, 1982-2003



Fonte: PNUD - Atlas Racial Brasileiro – 2005.

Um dado elucidador acerca da perversidade do racismo é quando verificamos a proximidade entre negros indigentes e brancos pobres. Para Marques Junior (2007), quando ambos os gráficos acima são sobrepostos, é possível notar como a proporção de pobres entre a população branca é quase idêntica à proporção de indigentes entre população negra, através do tempo.

Gráfico 3- Proporção da População abaixo da Linha da Pobreza e de Indigência por Raça/Cor, Brasil, 1982-2003



Fonte: PNUD - Atlas Racial Brasileiro – 2005.

Os estudos dos indicadores revelaram um quadro desanimador em relação à condição de vida da população negra, e das mulheres negras em particular. Tomemos como referência o Índice de Desenvolvimento Humano²⁴. Esse índice é calculado pela ONU para investigar a qualidade de vida nos países em escala global com base na distribuição de renda, na educação e nas condições de saúde. Segundo esse estudo, em 2007 o Brasil está em 70º lugar no ranking mundial, sendo considerado um país de desenvolvimento humano elevado. No entanto, quando os dados são observados segundo a raça/cor, a realidade muda radicalmente. Assim, ao relacionar o IDH do Brasil com o quesito raça/cor dos brasileiros, constata-se que a qualidade de vida da população negra é pior que o da população branca.

A importante pesquisa realizada por Paixão (*apud* Santos, 2009) sobre as taxas de analfabetismo com base nos dados do Censo Demográfico de 2000 revela que

Entre a população brasileira maior de 15 anos havia 15,3 milhões de analfabetos e 32,8 de analfabetos funcionais (pessoas com menos de quatro anos de estudos).[...] Dos 15,3 milhões de analfabetos brasileiros, 9,7 milhões eram negros. Entre os 32,7 milhões de analfabetos funcionais, os negros totalizavam 18,8 milhões de pessoas. Assim, segundo os indicadores do Censo Demográfico de 2000, a taxa de analfabetismo dos negros maiores de 15 anos, em todo Brasil, era de 18,7%, e a taxa de analfabetismo funcional da população negra maior de 15 anos era de 36,1%. Estes percentuais eram substancialmente maiores do que o verificado entre a população branca, cujos percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional eram de, respectivamente, 8,3% e 20,8%. Ou seja, em relação ao indicador de analfabetismo funcional, a taxa verificada entre os negros era 73% maior do que a observada entre os brancos; no caso da taxa de analfabetismo, este valor relativo, era 125% maior.

No que se refere à análise da situação educacional do negro e do branco realizada pelo Ipea entre 1995 e 2005, chegou ao seguinte resultado:

O número médio de anos de estudos, tanto para brancos como para negros, cresce mais ou menos constante, havendo uma leve tendência em direção a redução do hiato: enquanto em 1995 o hiato entre negros e brancos era de 2,1 anos, em 2005 caiu para 1,8. A esta taxa, a igualdade entre negros e brancos ocorrerá em 67 anos. História semelhante pode ser contada para os jovens de 15 a 24 anos. A diferença se reduziu de

²⁴ O IDH foi criado pelo paquistanês Mahub Ul Haq para mensurar o desenvolvimento social dos países. No caso da educação, considera-se a taxa de alfabetização a taxa de matrícula; no caso da longevidade, considera-se a expectativa de vida ao nascer; a renda considera-se o produto Interno Bruto per capita (PIB total dividido pelos habitantes do país) medido em dólares. O IDH varia de 0 a 1. Os países que atingirem menos de 0,499 pontos são considerados de desenvolvimento baixo. Os que atingirem pontuação igual ou superior a 0,800 são altamente desenvolvidos.

1,9 em 1995 para 1,5 em 2005 e esta taxa de igualdade só ocorrerá somente em 40 anos.(Santos, 2009, p.20)

Pesquisa realizada por Silvério (2009) assevera que a mensuração das distancias educacionais, no que diz respeito à diferença de anos de escolarização entre negros e brancos, aparecem para demonstrar as iniquidades da educação brasileira refletidas no mercado de trabalho. Por isso, considero relevante os quadros abaixo elaborados pelo autor, no qual ficam evidentes os limites das políticas universais para atender as desigualdades entre negros e brancos no âmbito da política de educação.

Quadro1-

VELOCIDADES DE REDUÇÃO DE TAXAS DE DESIGUALDADES ENTRE NEGROS E BRANCOS – 1995-2005

Educatcional			
	Diferença em anos de escolarização desfavorável aos negros		Projeção de igualdade
Período	1995	2005	
Jovens e adultos > 14 anos	2,1 anos	1,8 anos	67 anos
Jovens e adultos de 15 a 24 anos	1,9 anos	1,5 anos	40 anos

Emprego e renda – Rendimento per capita			
	Diferença de rendimentos desfavorável aos negros		Projeção de igualdade
Período	1995	2005	
Brancos	R\$ 582,00	R\$ 590,00	+ de 100 anos
Negros	R\$ 245,00	R\$ 270,00	
	58%	54,3%	

Pobreza			
	Negros e brancos abaixo da linha da pobreza		Projeção de saída da linha da pobreza
Período	1995	2005	
Brancos	25,6%	22,9%	65 anos
Negros	53,4%	46,3%	

Fonte: Ipea, 2007.

Quadro 2-**DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO
ENTRE BRANCOS E NEGROS**

Ano	Termo de discriminação	Diferenças de formação
2005	40,1%	59,9%
2001	41,4%	58,6%
1995	41,7%	58,3%

Fonte: Ipea, 2007 (Base Pnads 1995/ 2001/2005)

Os indicadores relativos à desigualdade racial apresentados, representam dimensões da realidade experimentada pelo negro no Brasil e expressam, em sua continuidade e persistência, a necessidade de intervenção do Estado no âmbito das políticas públicas. Ao longo desses anos, o Movimento Negro e de Mulheres Negras em suas redes nacionais e internacionais, na ação política e na produção de conhecimento acerca do racismo, do sexismo e fenômenos correlatos, têm descortinado e implodido o mito da democracia racial brasileira, que segundo Munanga (1999) é o grande artifício operador das estratégias racistas. Abaixo apresento o retrato de outras expressões das desigualdades de gênero e raça.

2.3.1 Saúde

O SUS foi consagrado na Constituição de 1988 como um dos pilares da Seguridade Social²⁵, com o objetivo de garantir o acesso universal e gratuito a todos os cidadãos brasileiros, independente de sexo, raça, cor etc. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA/ UNIFEM/SPM, o SUS foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país. Quando a análise é realizada desagregando-se os dados por raça/cor, percebe-se uma diferença significativa entre a população branca e negra: para os brancos, 54% dos atendimentos e 59% das

²⁵ A Política de Seguridade Social na Constituição de 1988 compreende as políticas de saúde, assistência e previdência social.

internações foram cobertos pelo SUS; e para os negros, as proporções foram de 76% e 81,3% respectivamente. Este resultado indica o quanto a população negra depende do SUS.

2.3.1.1

Transplantes

No entanto, apesar da importância da atuação do SUS na saúde de nossa população, estudo inédito realizado por pesquisadores do Ipea- dados fornecidos pela ABTO- sobre os efeitos das desigualdades sociais brasileiras, no período de 1995 a 2004, indica que nas cirurgias de transplantes de órgãos como coração, fígado, rim, pâncreas e pulmão, a maioria dos transplantados são homens da cor branca.

Nesse estudo, a cada quatro receptores de coração, três são homens; 56% dos transplantados têm a cor da pele branca. No transplante de fígado; 63% dos receptores são homens e 37% mulheres. A cada dez transplantes de fígado, oito são para pessoas brancas. Segundo a análise do Ipea, homens e mulheres são igualmente atendidos nos transplantes de pâncreas; mas 93% dos atendidos são brancos. A maioria absoluta de receptores de pulmão também são homens (65%) e pessoas brancas (77%). O mesmo fenômeno ocorre com o transplante de rim: 61% dos receptores são homens; 69% das pessoas atendidas têm pele clara.

“O sistema é desigual na ponta [cirurgia de alta complexidade] porque é desigual na entrada”, assinala o economista, ao dizer que quando o SUS tem excelência no atendimento o acesso não é para todos: “Na hora que funciona, quem se apropria são as pessoas mais bem posicionadas socialmente”. (Alexandre Marinho, diretor do Ipea, entrevista realizada em 08/07/2011 pela Agência Brasil)

Isto posto, as desigualdades sociais e as clivagens de raça e gênero afetam a população negra em seu conjunto no que tange ao acesso aos transplantes de órgãos.

2.3.1.2

Homicídios

Mais uma expressão da violência racial no Brasil diz respeito ao número exorbitante de mortes decorrente de homicídio, que afeta drasticamente o jovem negro e, conseqüentemente a constituição da família negra. Os índices de homicídio apresentados no Mapa da Violência de 2011 da população total por raça/cor expressam diferenças regionais alarmantes. As tabelas abaixo são elucidativas, sobretudo na demarcação das influências regionais dessas desigualdades, a saber:

Tabela 1- Número de Homicídios na População Total por Raça/Cor. Brasil, 2002/2008

UF/REGIÃO	NÚMERO DE HOMICÍDIOS					
	BRANCOS			NEGROS		
	2002	2005	2008	2002	2005	2008
ACRE	46	25	22	100	79	72
AMAZONAS	53	61	33	442	506	767
AMAPÁ	16	20	5	157	169	197
PAU	138	170	205	1.027	1.701	2.592
RONDÔNIA	182	144	134	370	388	318
RORAIMA	21	12	15	91	71	74
TOCANTINS	39	44	40	136	154	188
NORTE	495	476	454	2.323	3.068	4.208
ALAGOAS	107	68	51	650	795	1.540
BAHA	137	167	325	1.280	2.300	4.099
CEARÁ	130	146	191	704	755	1.382
MARANHÃO	92	117	141	465	740	1.070
PARAIBA	49	44	46	432	605	925
PERNAMBUCO	529	436	419	3.576	3.448	3.868
PALH	40	52	53	239	307	324
RIO GRANDE DO NORTE	65	71	101	217	267	562
SERGIPE	65	73	78	380	350	417
NORDESTE	1.214	1.174	1.405	7.943	9.567	14.187
ESPÍRITO SANTO	287	245	261	809	1.008	1.255
MINAS GERAIS	888	1.109	1.058	1.916	2.826	2.614
RIO DE JANEIRO	2.863	2.362	1.709	4.907	4.431	3.389
SÃO PAULO	8.220	4.998	3.580	5.988	3.652	2.348
SUDESTE	12.258	8.714	6.608	13.629	11.917	9.606
PARANÁ	1.780	2.276	2.657	400	641	697
RIO GRANDE DO SUL	1.555	1.583	1.853	322	405	472
SANTA CATARINA	433	458	662	84	93	106
SUL	3.768	4.317	5.172	806	1.139	1.275
DISTRITO FEDERAL	103	103	107	632	631	760
GOIÁS	394	385	414	645	927	1.267
MATO GROSSO DO SUL	299	229	253	333	343	359
MATO GROSSO	321	263	237	613	638	687
CENTRO-OESTE	1.117	980	1.011	2.223	2.539	3.073
BRASIL	18.852	15.661	14.650	26.915	28.230	32.349

Fonte: SIM/SVS/MS, IBGE.

Observa-se que, mesmo com grandes diferenças entre as Unidades Federadas, a tendência geral desde 2002 é: queda no número absoluto de homicídios na população branca e o aumento na população negra.

Em se tratando da população total, observa-se que o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650, o que representa uma substantiva diferença negativa da ordem de 22,3%. Já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2%. Com isso, a brecha

que já existia em 2002 cresceu ainda mais e de forma drástica, como demonstra o gráfico que apresentarei abaixo:

Tabela 2- Taxas de Homicídio e Índices de Vitimização por Raça/Cor na População Total. Brasil, 2002/2008

UF/REGIÃO	TAXAS DE HOMICÍDIO (EM 100 MIL)						VITIMIZAÇÃO		
	BRANCOS			NEGROS					
	2002	2005	2008	2002	2005	2008	2002	2005	2008
ACRE	40,5	15,7	13,3	35,3	16,3	13,9	-12,9	3,4	4,0
AMAZONAS	8,3	8,7	4,3	27,4	20,2	29,5	229,8	138,9	290,2
AMAPÁ	12,8	16,0	4,5	45,6	37,6	38,4	257,4	168,6	211,2
PARÁ	11,2	10,8	13,4	31,5	31,6	44,9	181,5	186,3	293,0
RONDÔNIA	55,2	28,0	24,5	60,7	40,9	33,6	9,9	23,4	32,3
ROSIAMA	43,7	13,8	16,1	41,0	24,5	23,2	-6,1	24,4	51,1
TOCANTINS	13,4	13,7	13,3	14,8	16,5	18,9	10,5	20,5	40,7
NORTE	17,8	13,6	12,9	32,1	27,9	36,1	79,9	80,2	169,6
ALAGOAS	11,9	6,7	5,3	32,7	38,9	70,1	175,1	271,3	974,8
BAHIA	4,5	5,7	10,8	12,5	20,7	35,7	175,2	334,0	439,8
CEARÁ	5,0	5,2	6,8	13,9	14,3	24,6	179,8	182,4	344,5
MARANHÃO	6,0	7,6	8,6	10,7	16,1	22,9	78,9	142,1	187,3
PARAIBA	3,3	3,3	3,3	16,3	25,7	39,1	388,6	678,1	1083,0
PERNAMBUCO	16,9	13,9	12,7	71,4	64,9	72,2	321,5	301,7	428,8
PIAUÍ	5,9	6,9	7,2	10,7	13,3	13,4	81,9	109,0	90,8
RIO GRANDE DO NORTE	5,3	6,3	8,6	13,2	14,0	28,5	150,9	144,0	313,4
SERGIPE	14,3	13,2	12,3	27,2	25,1	30,1	89,6	83,2	134,6
NORDESTE	8,2	7,7	9,0	23,4	26,3	37,8	185,7	227,3	375,2
ESPÍRITO SANTO	19,2	18,6	17,5	47,5	49,9	64,7	147,2	162,7	253,5
MINAS GERAIS	9,4	12,5	11,6	21,4	27,2	24,4	127,9	156,7	101,9
RIO DE JANEIRO	31,5	28,5	20,1	66,0	63,8	47,7	109,8	112,1	96,9
SÃO PAULO	30,3	18,6	13,6	56,0	29,8	17,0	85,1	37,0	18,1
SUDESTE	26,0	19,2	14,6	50,5	37,7	28,6	94,3	71,1	73,0
PARANÁ	23,9	30,3	35,0	17,5	24,1	24,4	-26,9	-25,8	-34,7
RIO GRANDE DO SUL	17,4	17,6	21,1	22,3	24,5	23,3	28,0	39,3	12,5
SANTA CATARINA	8,7	8,9	12,5	14,4	13,5	13,8	65,2	53,8	14,7
SUL	17,7	19,9	23,9	18,7	22,8	22,6	5,7	16,1	-6,4
DISTRITO FEDERAL	10,8	9,8	10,2	53,1	48,2	52,1	390,8	355,2	425,1
GOIÁS	16,9	15,6	17,0	22,1	29,8	37,2	30,5	83,5	129,2
MATO GROSSO DO SUL	26,6	19,9	21,9	33,6	31,4	30,5	26,3	43,4	43,4
MATO GROSSO	31,2	25,1	20,1	39,7	36,0	38,8	27,2	34,7	74,3
CENTRO-OESTE	20,6	17,2	17,4	33,7	34,8	39,3	63,3	85,7	127,8
BRASIL	20,6	17,1	15,9	30,0	31,0	33,6	45,8	67,1	103,4

Fonte: SIM/SVS/MS, IBGE.

A tabela apresentada relaciona o número de homicídios com a população de cada UF, além de calcular os Índices de Vitimização Negra, que resulta da relação entre as taxas de brancos e de negros. Segundo Waiselfisz (2011), este índice permite avaliar em que proporção morrem mais negros do que brancos vítimas de homicídio. “Se o índice é zero, morre a mesma proporção de negros e brancos. Se o índice é negativo, morrem proporcionalmente mais brancos que negros. Se positivo, morrem

mais negros que brancos. Assim, um índice nacional de 67,1 como mostra na tabela acima, para o ano de 2005, indica que, nesse ano, morrem proporcionalmente **67,1% mais negros do que brancos**.

Essa Tabela nos permite verificar que as taxas de homicídio de brancos caíram de 20,6 para 15,9 em cada 100 mil brancos; queda de 22,7% entre 2002 e 2008. Já na população negra, as taxas passaram de 30,0 em 2002 para 33,6 homicídios para cada 100 mil negros em 2008, o que representa um aumento de 12,1%.

Os dados desagregados por região, e, ainda, por estado o quadro fica diverso e heterogêneo, principalmente quando se observa a taxa de homicídios de negros, cujos dados impressionam pela sua grandeza. Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de **45,8**. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente **45,8%** mais negros do que brancos. Apenas três anos mais tarde, em 2005, esse índice pula para **67,1** (morrem proporcionalmente **67,1%** mais negros que brancos). Já em 2008, um novo patamar: morrem proporcionalmente **103,4%** mais negros que brancos, isto é, acima do dobro! Vide tabela abaixo:

Tabela 3- Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Branco e Negro (em 100 Mil) e Índice de Vitimização Negra. População Total. 2008

TAXAS DE HOMICÍDIO BRANCO			TAXAS DE HOMICÍDIO NEGRO			ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO NEGRA		
UF	TAXA	POS.	UF	TAXA	POS.	UF	TAXA	POS.
PARANÁ	35,0	1º	PERNAMBUCO	72,2	1º	PARAÍBA	1083,0	1º
RONDÔNIA	24,5	2º	ALAGOAS	70,1	2º	ALAGOAS	974,8	2º
MATO GROSSO DO SUL	21,9	3º	ESPÍRITO SANTO	64,7	3º	BAHIA	439,8	3º
RIO GRANDE DO SUL	21,1	4º	DISTRITO FEDERAL	52,1	4º	PERNAMBUCO	428,8	4º
MATO GROSSO	20,1	5º	RIO DE JANEIRO	47,7	5º	DISTRITO FEDERAL	425,1	5º
RIO DE JANEIRO	20,1	6º	PARÁ	44,9	6º	CEARÁ	344,5	6º
ESPÍRITO SANTO	17,5	7º	PARAÍBA	39,1	7º	RIO GRANDE DO NORTE	313,4	7º
GOIÁS	17,0	8º	MATO GROSSO	38,8	8º	PARÁ	293,0	8º
RODRIGUES	16,1	9º	AMAPÁ	38,4	9º	AMAZONAS	290,2	9º
SÃO PAULO	13,6	10º	GOIÁS	37,2	10º	ESPÍRITO SANTO	253,5	10º
PARÁ	13,4	11º	BAHIA	35,7	11º	AMAPÁ	211,2	11º
TOCANTINS	13,3	12º	RONDÔNIA	33,6	12º	MARANHÃO	187,3	12º
ACRE	13,3	13º	MATO GROSSO DO SUL	30,5	13º	SERGIPE	134,6	13º
PERNAMBUCO	12,7	14º	SERGIPE	30,1	14º	GOIÁS	129,2	14º
SANTA CATARINA	12,5	15º	AMAZONAS	29,5	15º	MINAS GERAIS	101,9	15º
SERGIPE	12,3	16º	RIO GRANDE DO NORTE	28,5	16º	RIO DE JANEIRO	96,9	16º
MINAS GERAIS	11,6	17º	CEARÁ	24,6	17º	PIAUÍ	90,8	17º
BAHIA	10,8	18º	PARANÁ	24,4	18º	MATO GROSSO	74,3	18º
DISTRITO FEDERAL	10,2	19º	MINAS GERAIS	24,4	19º	RODRIGUES	51,1	19º
RIO GRANDE DO NORTE	8,6	20º	RIO GRANDE DO SUL	23,3	20º	MATO GROSSO DO SUL	43,4	20º
MARANHÃO	8,6	21º	RODRIGUES	23,2	21º	TOCANTINS	40,7	21º
PIAUÍ	7,2	22º	MARANHÃO	22,9	22º	RONDÔNIA	32,3	22º
CEARÁ	6,8	23º	TOCANTINS	18,9	23º	SÃO PAULO	18,1	23º
ALAGOAS	5,3	24º	SÃO PAULO	17,0	24º	SANTA CATARINA	14,7	24º
AMAPÁ	4,5	25º	ACRE	13,9	25º	RIO GRANDE DO SUL	12,5	25º
AMAZONAS	4,3	26º	SANTA CATARINA	13,8	26º	ACRE	4,0	26º
PARAÍBA	3,3	27º	PIAUÍ	13,4	27º	PARANÁ	-34,7	27º

Fonte: SIM/SVS/MS, IBGE.

Isso não é natural. Um Estado, cujas instituições matam fisicamente, ou matam pela omissão, é um Estado genocida. Nestes termos o não reconhecimento das demandas da população negra e o não atendimento das mesmas através de políticas públicas (universais ou compensatórias) tem produzido altos níveis de desigualdades entre os diferentes grupos raciais.

2.3.1.3 Morte Materna

Outra realidade extremamente perversa diz respeito à mortalidade materna. Assis (2010, p.37) diz que embora nos últimos tempos tenha havido significativos avanços científicos e tecnológicos na área de saúde materna e perinatal, ainda nos deparamos com altíssimos índices relacionados a mortalidade materna, fato que deve ser encarado como inadmissível, já que é evitável em 90% dos casos.

Por morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fato relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada Morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais (Brasil apud Assis 2010, p. 37)

As principais causas de mortes materna entre mulheres negras e brancas são retratadas pelo Ministério da Saúde na tabela abaixo:

Tabela 4- Principais causas de morte materna segundo cor/raça

Principais causas de mortes maternas	Mulher negra	Mulher branca
Eclampsia	43,2%	13,14%
Hemorragia Pós- Parto	14,02%	9,02%
Infecção Puerperal	12,38%	8,25%
Deslocamento prematuro de Placenta	14,69%	6,19%
Aborto	25,23%	7,62%

Fonte: Saúde Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, 2007.

Ainda é Assis (2010) que informa que dentre as razões determinantes do índice elevado da mortalidade materna, estão as precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência esta presente e, sobretudo, as dificuldades de acesso a serviços de saúde e de boa qualidade. Outro aspecto que não deve ser desconsiderado é a peregrinação das gestantes aos serviços de maternidade e hospitais. Nessa questão o estudo de LEAL et al *apud* Assis (2010) demonstra a desigualdade no acesso a esses serviços entre as mulheres negras e brancas. A percentagem de peregrinação por assistência ao parto

na primeira maternidade procurada foi de 31,8% entre as pretas, 28,8% entre as pardas e 18,5% entre as brancas, ou seja, 66,6% entre as mulheres negras.

Os indicadores apresentados em ambos os casos demonstram a gravidade das situações vivenciadas pelos negros e, em particular pelas mulheres negras, e o fato de pertencerem a um grupo étnico- racial os colocam em situação de desvantagem no acesso às políticas públicas.

2.3.1.4

Acesso a exames específicos

Os dados da Pnad sistematizados em pesquisa do Ipea (2008) mostram que a proporção de mulheres que nunca realizaram exames específicos ainda é alta e há desigualdades de acesso ao exame entre brancas e negras. No Brasil 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram exame clínico da mama, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção de 46,3%. O fato das mulheres negras terem menos acesso à educação formal e menores rendimentos não justifica a inacessibilidade, pois mesmo entre as mulheres que tem mais de 12 anos de estudo: 10,5 % das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram este exame. Esses números apontam para desigualdades na qualidade do atendimento relacionadas com práticas e comportamentos discriminatórios próprios do racismo institucional. No que diz respeito ao colo de útero, mulheres com 25 anos ou mais, 21% nunca tinham realizado o exame. Neste universo, a proporção de mulheres brancas e negras é de 17% e 25% respectivamente.

2.3.2 Chefias de Família

Estudo realizado por Barbosa (2004, p. 132), constata que a maioria das mulheres chefes de família não tem marido ou companheiro. Apenas 1,8 milhões de mulheres chefes de família contam com a presença de um companheiro. Entre os homens chefes de família, ao contrário, 31,5 milhões contavam com a presença de uma esposa ou companheira. Em 2000, na região nordeste do país, 31% das mulheres chefes de família não tinham nenhuma instrução ou um ano de estudo apenas e somente 4,4% tinham 15 ou mais anos de estudo.

A autora identifica que as famílias negras sob a regência de mulheres negras, são em todas as regiões, aquelas mais vulneráveis em termos de rendimento domiciliar, aproximadamente R\$202,2. E seus rendimentos não são significativamente inferiores ao rendimento domiciliar das famílias sob a responsabilidade dos homens negros

Tabela 5- Distribuição percentual de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo, segundo as grandes regiões.

Grandes Regiões	Distribuição percentual de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo (%)						
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	19,4	18,2	17,0	11,1	11,3	15,7	7,0
Norte	19,9	18,6	12,5	13,6	13,1	18,1	4,0
Nordeste	31,7	20,4	12,0	9,7	8,1	13,4	4,4
Sudeste	14,5	17,2	19,7	11,2	12,5	16,3	8,4
Sul	13,6	18,3	21,2	10,5	12,1	15,8	8,2
Centro-Oeste	17,0	16,7	13,7	14,0	12,7	17,8	7,8

Fonte: IBGE/Censo demográfico 2000.

Tabela 6- Média de Renda Domiciliar Per capita por sexo, cor ou raça do chefe do domicílio Brasil e grandes regiões – 1992 e 2001

Grandes Regiões	Média de Renda Domiciliar Per capita por sexo e cor ou raça							
	Homens brancos		Mulheres brancas		Homens negros		Mulheres negras	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Brasil	366,6	482,1	359,7	481,2	162,2	208,6	160,0	202,2
Norte	294,0	391,4	278,3	369,7	168,3	215,2	162,6	204,7
Nordeste	224,3	298,9	223,7	299,3	120,0	152,7	122,6	152,2
Sudeste	417,0	551,0	411,3	555,1	208,6	259,2	202,6	250,3
Sul	342,9	453,0	337,2	448,9	166,2	234,4	167,3	222,6
Centro-Oeste	389,5	535,0	379,9	526,5	192,5	272,8	189,0	253,0

Fonte: IBGE/PNAD microdados.

2.3.3 Mercado de Trabalho

O trabalho constitui-se um dos principais Direitos Humanos. O acesso ao trabalho e ao exercício de uma profissão digna é de fundamental importância para autonomia dos indivíduos sociais, para a construção da identidade, para o reconhecimento social e para o acesso de bens materiais e simbólicos. Por isso a forma como os diferentes grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retratam uma faceta fundamental da desigualdade. Homens e mulheres, brancos e negros apresentam características bem distintas na entrada no mercado de trabalho, nos postos ocupados, nos rendimentos recebidos, na área de atuação, etc.

A entrada no mercado de trabalho ocorre mais cedo para os negros e a saída mais tarde. Todavia, apesar disto, os negros do sexo masculino estão sobre-representados entre os mais velhos que permanecem ocupados. Esta característica segundo estudo do Ipea (2008, p.8) pode ser explicada pelas formas mais precárias de inserção vividas por esse segmento da população, fazendo com que ele não tenha garantia de proteção social na velhice, impedindo uma parcela maior de trabalhadores negros de terem acesso à aposentadoria.

Em relação à taxa de desocupação, que mede a proporção de pessoas desempregadas a procura de emprego é um indicador relevante na identificação das

desigualdades de gênero e raça, pois são as mulheres e negros os que apresentam os maiores níveis de desemprego: 11,0% e 7,1% respectivamente, comparados a 6,4% entre os homens e 5,7% entre os brancos. As mulheres negras são o segmento que se encontra em situação mais precarizada. (Ipea, 2008, p.9)

2.3.4 Trabalho doméstico

Segundo estudo realizado pela PED/DIEESE, no Brasil, em 2008, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 6.626mil pessoas, das quais 93,6% eram mulheres (Pnad/IBGE). Na atualidade é o segmento que garante a inserção ocupacional de 15,8% das mulheres que trabalham. Só é superado pelo setor de Educação, Saúde e Serviços Sociais, segmento que reúne 16,8% das ocupadas e pelo Comércio e Reparação, onde estão 16,2% das trabalhadoras

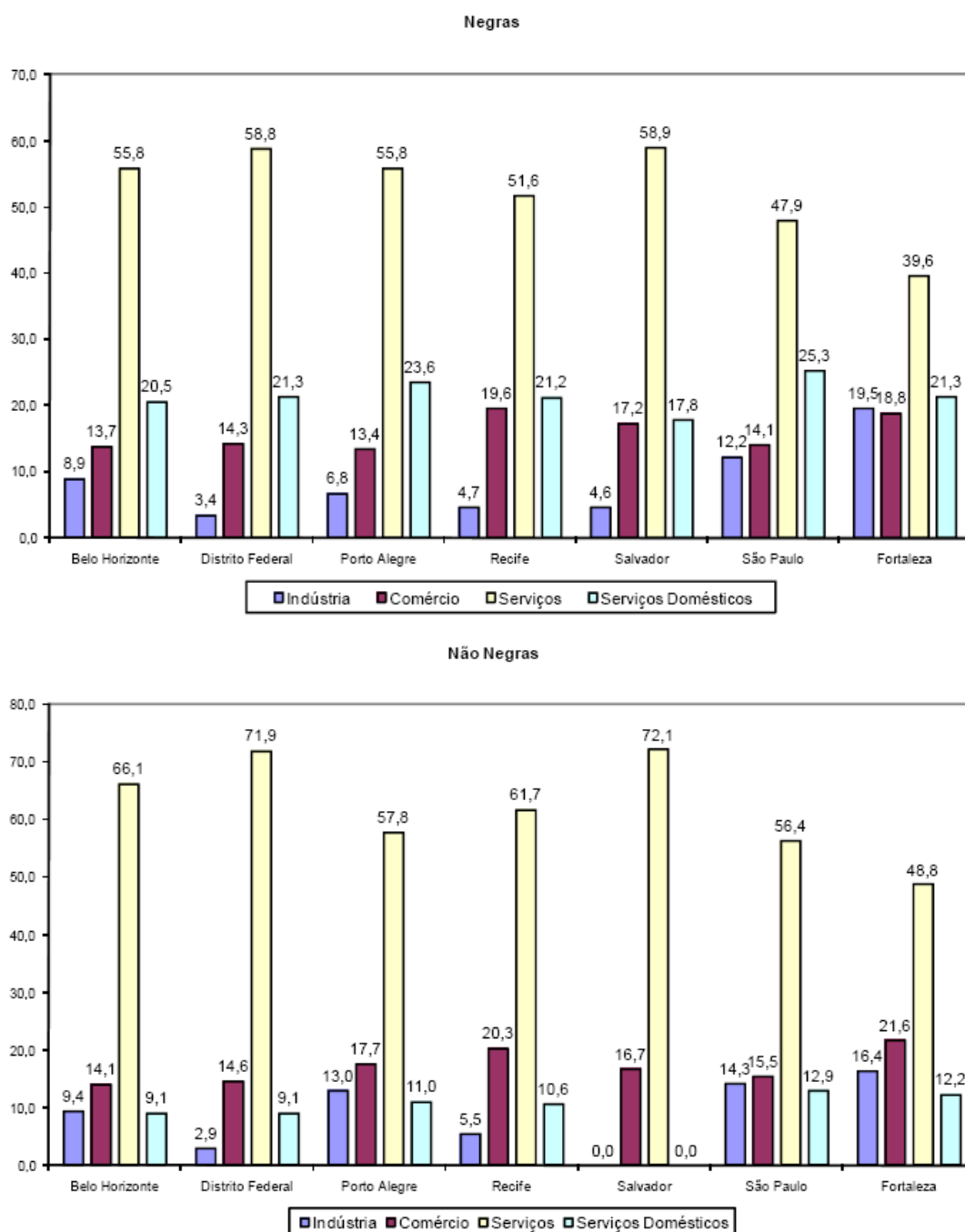
Quando se faz a relação entre trabalho feminino e o recorte de raça/cor, aparecem diferenças na distribuição das mulheres no mercado de trabalho, explicadas em parte pelas características demográficas regionais. Por exemplo, em Salvador, mais de 85% da população é negra e em Porto Alegre, a maior proporção é de não negros.

Para as ocupadas negras, os Serviços Domésticos foi o segundo setor mais importante em termos de ocupação. Em todas as regiões, à exceção de Salvador, do total de ocupadas negras, mais de 20% estavam alocadas nos Serviços Domésticos, sendo que em São Paulo, esse percentual chegou a 25,3%. Seguem os gráficos para elucidar meu argumento:

Gráfico 4-

Distribuição das ocupadas negras e não negras por setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Na região metropolitana de Salvador, não houve desagregação da amostra para mulheres não negras na Indústria e nos Serviços Domésticos.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Outro dado relevante foi a proporção de mulheres negras predominantes no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009. Em Salvador, 96,2% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes: do total de trabalhadoras ocupadas no setor, 50,6% eram negras e 49,4% não negras. A única exceção aconteceu em Porto Alegre, onde a população negra é bem menor: 28,3% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (71,7%).

Quadro 3-

Distribuição das mulheres ocupadas e das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Negras	Não-Negras
Belo Horizonte			
Total	100,0	53,7	46,3
Serviços Domésticos	100,0	72,4	27,6
Distrito Federal			
Total	100,0	64,5	35,5
Serviços Domésticos	100,0	81,0	19,0
Porto Alegre			
Total	100,0	15,6	84,4
Serviços Domésticos	100,0	28,3	71,7
Fortaleza			
Total	100,0	67,1	32,9
Serviços Domésticos	100,0	78,1	21,9
Recife			
Total	100,0	72,4	27,6
Serviços Domésticos	100,0	84,0	16,0
Salvador			
Total	100,0	85,2	14,8
Serviços Domésticos	100,0	96,2	(1)
São Paulo			
Total	100,0	34,2	65,8
Serviços Domésticos	100,0	50,6	49,4

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

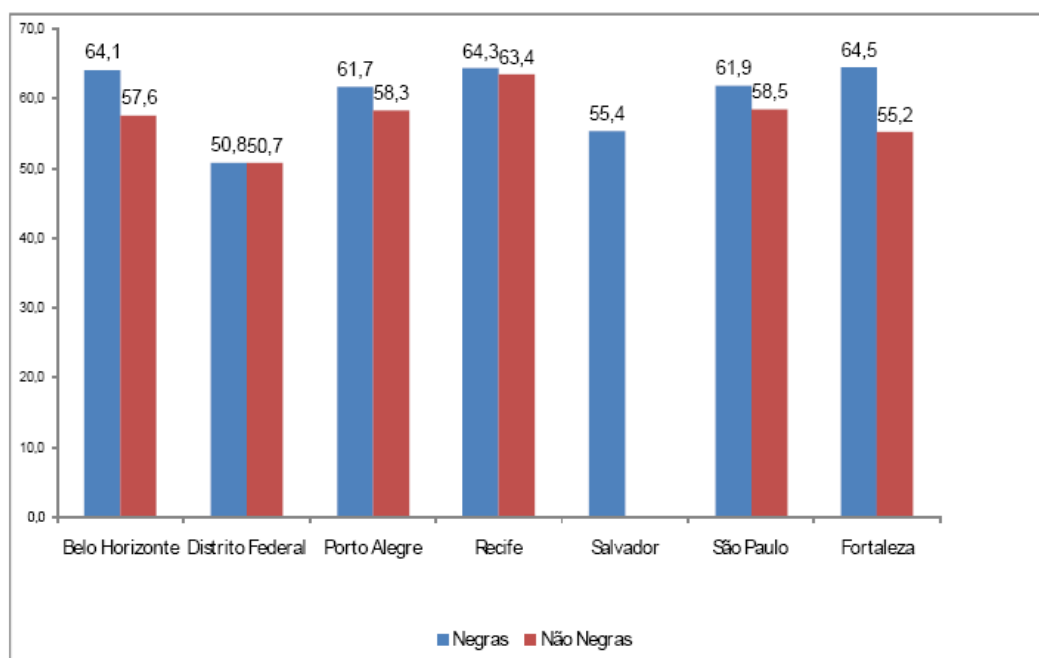
Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

2.3.4.1 Nível de escolaridade e trabalho doméstico

O nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas geralmente é baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental. Esta característica foi mais expressiva entre as domésticas negras que entre as não negras, exceto no Distrito Federal e em Recife, onde as proporções eram semelhantes. Em síntese, o trabalho nos serviços domésticos, por não exigir nível de instrução elevado, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Gráfico 5-

Proporção das trabalhadoras domésticas negras e não negras com até o ensino fundamental incompleto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

b) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria na Região Metropolitana de Salvador.

À guisa de conclusão, os indicadores apresentados demonstram o ritmo lento da diminuição da desigualdade e a interdependência das relações raciais entre negros e brancos em nossa sociedade. Ela não é de estrita responsabilidade daqueles que se identificam como pertencente ao grupo racial negro. Ao contrário, para Ianni (apud Santos, 2009, p. 20)

A pobreza do negro tem a ver com a riqueza do branco; que o genocídio da juventude negra está ligada a segurança do jovem branco, protegido nos grandes condomínios; e a emancipação da mulher de classe média liga-se a grande participação da mulher negra no setor do serviço doméstico.